

O IDH E OUTROS INDICADORES

Ricardo Lacerda¹

O debate sobre desenvolvimento remete aos fundadores da economia política, desde os fisiocratas e Adam Smith, no século XVIII, a David Ricardo e Karl Marx, no século XIX. É no século XX, em plena grande depressão dos anos trinta, que foi elaborado o primeiro indicador abrangente de desenvolvimento dos países e regiões, o PIB. A medição do Produto Interno Bruto foi desenvolvida pelo economista Simon Kuznets, em 1934, e foi adotada de forma generalizada pelos países no após segunda guerra mundial. A série do PIB brasileiro se inicia em 1947. O PIB e o seu derivado, o PIB per capita, se estabeleceram como medidas do nível de bem-estar das sociedades.

IDH e IPM

O Índice do Desenvolvimento Humano- IDH foi elaborado em 1990 pelo paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, com o intuito de focar nas pessoas, e não na riqueza gerada, o parâmetro de avaliação do desenvolvimento econômico e social. Assim como o PIB e o PIB per capita têm importantes limitações e imperfeições, dentre as quais duas se destacam: não levar em conta as desigualdades de renda entre as pessoas e não descontar da valoração da riqueza os impactos negativos (as externalidades negativas) gerados pela atividade econômica sobre o bem estar, o IDH também as tem.

Do ponto de vista formal, a principal limitação do IDH, diferentemente do que ocorre com o PIB per capita, é que um índice de 0,800 não significa que um país ou estado apresenta o dobro do desenvolvimento humano de outro com 0,400. Em outras palavras, o valor do índice em si não tem grande significado, a não ser que o IDH de 0,800 é bem melhor do que o de 0,400. Isso decorre do caráter multidimensional do IDH que procurou traduzir em um único indicador o poder aquisitivo, o desenvolvimento educacional e as condições de saúde de uma população. Para superar tal limitação, foram criadas faixas de IDH indicando se um país se encontra em situação de alto, médio ou baixo desenvolvimento humano. As faixas não consideram os valores absolutos do IDH e sim a posição relativa na escala dos países.

Desde 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu Relatório de Desenvolvimento Humano, vem adotando, ao lado do IDH, o índice de Pobreza Multidimensional – IPM que confere, segundo a instituição, uma visão mais adequada das privações que as famílias estão sujeitas, incluindo variáveis como o acesso a saneamento e as condições ambientais. Atua, portanto, no sentido de orientar as políticas públicas na superação das privações que afetam as parcelas mais pobres da população.

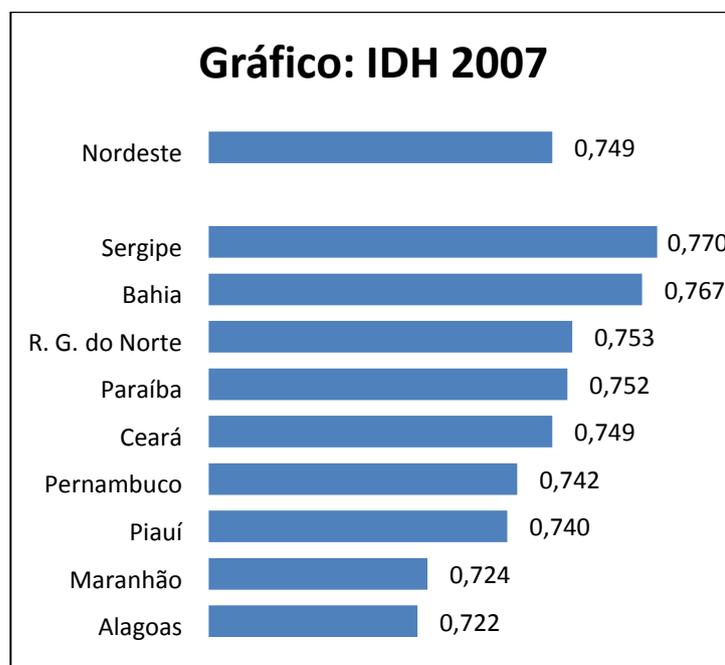
¹ Professor do Departamento de Economia da UFS e Assessor Econômico do Governo de Sergipe. Artigos anteriores estão postados em <http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com/>

IDH Sergipe

A primeira medição do IDH dos estados brasileiros foi elaborada em 1998, com dados fornecidos pelo censo demográfico de 1991, a partir do cálculo dos IDHs municipais (IDH-M). Em 1991, Sergipe apresentava o IDH-M de 0,597, na 3ª posição do Nordeste, atrás de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Naquele ano, nosso estado se situava em 2º lugar em renda, 3º lugar em educação e 3º lugar em longevidade.

Com os dados do censo demográfico de 2000, o PNUD voltou a calcular o IDH-M. Sergipe, como os demais estados, avançou nas três dimensões. O IDH-M de 2000 referente a Sergipe alcançou 0,682, mas sua posição no ranking ao longo da década de noventa recuou para o 5º lugar, com a ascensão da Bahia e do Ceará aos 3º e 4º lugares, respectivamente. O PNUD efetuou outra medição com dados de 2005, com o IDH de Sergipe atingindo de 0,742, o 2º da região Nordeste, depois da Bahia.

Em 2009, o Banco Central do Brasil, utilizando a metodologia do PNUD, calculou a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar os IDHs dos estados brasileiros referentes ao ano de 2007, mostrando conquistas importantes. Sergipe apresentou o IDH de 0,770, a 1ª posição no ranking regional, seguido pela Bahia e Rio Grande do Norte. Sergipe se apresenta como 2º lugar em renda, depois do Rio grande do Norte, 1º em escolaridade e 2º em longevidade, depois da Bahia. Em 2013, o PNUD publicará o IDH-M com os dados do censo demográfico de 2010, que poderão ser comparados com os resultados de 2000, também calculado com dados censitários.



Fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil. Janeiro de 2009

Do ponto de vista prático, a ampla disseminação do IDH constitui em ganho importante por que colocou no centro do debate democrático o desenvolvimento humano e o IDH passou a orientar as políticas públicas em um número crescente de países. A sua força e a sua debilidade decorrem de sua simplicidade. Se o IDH permite a comparação entre os países e regiões, ele se apoia em apenas algumas poucas das variáveis que podem ser consideradas relevantes na avaliação do desenvolvimento humano.

Com muito caminho ainda a trilhar, Sergipe, a exemplo de outras unidades da federação, vem avançando a passos firmes no desenvolvimento humano, seja quando são consideradas as dimensões do IDH, seja em outras dimensões de privações das famílias mais pobres.